

I. P., nos termos dos n.ºs 4 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 16 de Janeiro de 2007.

15 de Março de 2007. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Manuela Araújo*.

**Despacho n.º 10 151/2007**

**Delegação de competências**

No uso dos poderes que me são conferidos nos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 10/2006, de 13 de Janeiro, e ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, deogo no director de serviços de Gestão e Administração licenciado Alvaro Eduardo da Costa Amaral, no âmbito da sua direcção de serviços, sem prejuízo do poder de avocação, as seguintes competências:

1 — No âmbito da gestão dos recursos humanos:

1.1 — Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, bem como adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionalismos legais e até ao limite mensal previamente estabelecido;

1.2 — Autorizar os abonos e regalias a que, nos termos da lei, os trabalhadores tenham direito;

1.3 — Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime geral de protecção social, incluindo os referentes a acidentes em serviço.

2 — No âmbito da gestão orçamental e realização de despesa:

2.1 — Autorizar as despesas previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/97, de 8 de Junho, até ao montante de € 2500, com locação e aquisição de bens e serviços;

2.2 — Autorizar o movimento dos fundos permanentes da Provedoria, de acordo com as normas vigentes.

3 — No âmbito da gestão de instalações, equipamentos e carácter geral:

3.1 — Gerir de forma eficiente a utilização, manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos afectos aos respectivos serviços;

3.2 — Zelar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

3.3 — Elaborar os planos anuais e plurianuais de equipamento em função das necessidades previstas e da evolução tecnológica;

3.4 — Assinar a correspondência expedida, com excepção da dirigida a instancias hierarquicamente superiores.

4 — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, são subdelegáveis as competências referidas neste despacho.

5 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando, desde já, ratificados todos os actos entretanto praticados em conformidade com a presente delegação de competências.

11 de Abril de 2007. — A Presidente da Comissão Instaladora, *Maria Joaquina Ruas Madeira*.

**Despacho (extracto) n.º 10 152/2007**

**Delegação de competências**

No uso dos poderes que me são conferidos nos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 10/2006, de 13 de Janeiro, e ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, deogo no director de serviços de Gestão e Administração licenciado Alvaro Eduardo da Costa Amaral, no âmbito da sua direcção de serviços, sem prejuízo do poder de avocação, as seguintes competências:

1 — No âmbito da gestão dos recursos humanos:

1.1 — Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, bem como adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionalismos legais e até ao limite mensal previamente estabelecido;

1.2 — Autorizar os abonos e regalias a que, nos termos da lei, os trabalhadores tenham direito;

1.3 — Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime geral de protecção social, incluindo os referentes a acidentes em serviço.

2 — No âmbito da gestão orçamental e realização de despesa:

2.1 — Autorizar as despesas previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/97, de 8 de Junho, até ao montante de € 2500, com locação e aquisição de bens e serviços;

2.2 — Autorizar o movimento dos fundos permanentes da Provedoria, de acordo com as normas vigentes.

3 — No âmbito da gestão de instalações, equipamentos e carácter geral:

3.1 — Gerir de forma eficiente a utilização, manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos afectos aos respectivos serviços;

3.2 — Zelar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

3.3 — Elaborar os planos anuais e plurianuais de equipamento em função das necessidades previstas e da evolução tecnológica;

3.4 — Assinar a correspondência expedida, com excepção da dirigida a instancias hierarquicamente superiores.

4 — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, são subdelegáveis as competências referidas neste despacho.

5 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando, desde já, ratificados todos os actos entretanto praticados em conformidade com a presente delegação de competências.

11 de Abril de 2007. — A Presidente da Comissão Instaladora, *Maria Joaquina Ruas Madeira*.

**Despacho (extracto) n.º 10 153/2007**

Por despacho da presidente da comissão instaladora de 28 de Agosto de 2006, foram celebrados contratos individuais de trabalho para a categoria de técnico de educação, do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, I. P., aprovado pelo despacho conjunto n.º 786/2005, de 11 de Outubro, com efeitos a partir de 14 de Setembro de 2006, com os seguintes trabalhadores:

- Ana Alexandra Bernardo Soares Almeida.
- Anabela Monteiro Ribeiro.
- Carla Cecília de Almeida Travessa.
- Carla Sofia Costa da Silva.
- Catarina Alexandra Câncels Cardoso.
- Catarina Alexandra Paiva Antunes Carvalho.
- Cláudia Sofia Batista Rodrigues.
- Cláudia Sofia de Sousa Martinho.
- Cláudio Rui Silva Gonçalves.
- Daniela Alexandra Lopes Custódio.
- Dina Célia Jerónimo da Fonseca.
- Dina Cláudia Loura Candeias.
- Dora Isabel Pinto Oliveira Oliveira.
- Emília Isabel Martins Loureiro da Silva.
- Fernanda Maria Leitão Santos Fernandes.
- Helena Isabel Martins Alves.
- Helena Margarida Banha Pereira.
- Inês Correia dos Santos Sousa.
- Isabel Maria das Neves Calhaço Carvalho.
- Isabel Maria Simões Galha.
- João Pedro dos Santos Pereira.
- José Ferreira da Cunha.
- José Manuel Sanches Tavares.
- José Manuel Soares Tavares.
- Leonardo Rodrigues Perpétuo.
- Licínia Maria Santos Fernandes.
- Lígia Eliseu Rodrigues.
- Maria de Fátima Nogueira Castro Neves.
- Maria Eduarda Bettencourt Rosa.
- Maria João Paraíso Ribeiro.
- Myrna Melício Mendes.
- Nuno Manuel dos Santos Pereira.
- Nuno Miguel Almeida Melo.
- Pedro Mário Gomes Crespo Medeiros Almeida.
- Pedro Miguel Lopes Abafa.
- Raquel Monteiro Ferreira Afonso.
- Ricardo Manuel de Oliveira Niza.
- Rita Catarina Bernardo Cunha.
- Sandra Cristina Alves Rodrigues.
- Sandra Cristina Rosa Salgueiro.
- Sandra do Rosário Pinto Barbosa.
- Sandra Manuela Rodrigues dos Santos.
- Sandra Sofia Ferreira da Eira.
- Sérgio Valdemar Virote Santos Couceiro.
- Sheila Mártires de Sousa.
- Sofia Madureira Teixeira de Sousa Freire.
- Sónia Cecília de Oliveira Sousa.
- Stela Marina Andrade Mendes.
- Susana Borga Monteiro.
- Susana Cristina Fernandes Firmino.
- Susana Margarida da Silva Moreira.

Vanda Maria Guerreiro Teixeira.  
Zélia Maria Marques Barroso.

3 de Maio de 2007. — A Vogal da Comissão Instaladora, *Maria Manuela Araújo*.

### Inspeção-Geral do Trabalho

#### Despacho (extracto) n.º 10 154/2007

Por despachos de 7 de Março de 2007 do director-geral do Património e de 20 de Março de 2007 do inspector-geral do Trabalho, foi o licenciado Mário Alexandre Rodrigues Viegas, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património, transferido, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2007, nos termos e ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2007. — A Subinspectora-Geral, *Maria Ângela Camossa Coelho Paulo Neto*.

#### Despacho (extracto) n.º 10 155/2007

Por despachos de 7 de Março de 2007 do presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e de 20 de Março de 2007 do inspector-geral do Trabalho, a assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da ex-Delegação Distrital de Protecção Civil de Coimbra do ex-Serviço Nacional de Protecção Civil Adélia da Conceição Pimentel Gonçalves, foi transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com efeitos a 1 de Abril de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2007. — A Subinspectora-Geral, *Maria Ângela Camossa Coelho Paulo Neto*.

#### Despacho (extracto) n.º 10 156/2007

Por despachos de 10 de Abril de 2007 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e de 20 de Abril de 2007 do inspector-geral do Trabalho, foi Maria da Graça de Oliveira Correia, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2007. — A Subinspectora-Geral, *Maria Ângela Camossa Coelho Paulo Neto*.

#### Despacho (extracto) n.º 10 157/2007

Por despachos de 16 de Abril de 2007 do director-geral do Património e de 2 de Maio de 2007 do inspector-geral do Trabalho, a licenciada Isabel Maria da Silva Caldeira Magalhães, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património, foi transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Maio de 2007. — A Subinspectora-Geral, *Maria Ângela Camossa Coelho Paulo Neto*.

#### Despacho (extracto) n.º 10 158/2007

Por despachos de 16 de Abril de 2007 do director-geral do Património e de 2 de Maio de 2007 do inspector-geral do Trabalho, Elsa Manuela Morais Ribeiro, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património, foi transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Maio de 2007. — A Subinspectora-Geral, *Maria Ângela Camossa Coelho Paulo Neto*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 10 159/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de presidente do conselho de administração do Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis o licenciado António Cândido Ferreira Lima, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Atendendo à natureza e dimensão do Hospital, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, determino que o nomeado assuma também as competências de director clínico.

3 — O presente despacho produz efeitos reportados a 1 de Fevereiro de 2007.

26 de Abril de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

#### Curriculum vitae

Nome — António Cândido Ferreira Lima.

Data de nascimento — 13 de Janeiro de 1952.

Estado civil — casado.

Naturalidade — Ermesinde, concelho de Valongo, distrito do Porto.

Habilitações académicas — licenciatura em Medicina e Cirurgia, na Universidade do Porto, com a classificação de 14 valores.

Carreira hospitalar:

De 1978 a 1979 — internato geral no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia;

1980 — serviço médico à periferia no concelho de Amarante; De 1981 a Julho de 1982 — médico eventual no Centro Hospitalar Aveiro Norte;

De Agosto de 1982 a Julho de 1987 — internato complementar de pediatria no Hospital de Crianças Maria Pia, Porto. Ao longo do internato faz a diferenciação na área da nefrologia pediátrica; Janeiro de 1988 — exame final do internato complementar com a classificação de 19 valores;

De Janeiro de 1988 a Fevereiro de 1990 — assistente eventual de pediatria no Hospital de Crianças Maria Pia;

Março de 1990 — transferência para o serviço de pediatria do Hospital de Oliveira de Azeméis;

Novembro de 1993 — provimento num lugar de assistente de pediatria do Hospital de Oliveira de Azeméis;

Julho de 1995 — concurso para consultor de pediatria;

Março de 1999 — provimento num lugar de chefe de serviço de pediatria no Hospital de Oliveira de Azeméis, após concurso público no qual obtém a classificação de 18 valores;

Maio de 2003 — obtenção, através da Ordem dos Médicos, da competência em gestão de serviços de saúde.

Cargos desempenhados:

Director do serviço de pediatria do Hospital de Oliveira de Azeméis de Novembro de 1995 a Maio de 2000;

Adjunto da direcção clínica de Abril de 1996 a Junho de 1998;

É presidente do conselho de administração, acumulando as funções de director clínico, do Hospital de Oliveira de Azeméis desde Junho de 2000.

Outros dados de realce:

Inscrito na Ordem dos Médicos, Secção Regional do Centro, com o n.º 17840, e no colégio da especialidade de pediatria;

Participação em diversos júris de concursos médicos;

Membro das Sociedades Portuguesas de Pediatria e Nefrologia e da Secção de Nefrologia Pediátrica da Sociedade Portuguesa de Pediatria.

### Administração Regional de Saúde do Alentejo

#### Sub-Região de Saúde de Beja

#### Deliberação (extracto) n.º 947/2007

Por deliberação de 24 de Abril de 2007 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, foi autorizada celebração de contrato de trabalho a termo certo com João Filipe Rodri-